



MINISTÉRIO DO TURISMO
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS E PREGOEIROS

Esplanada dos Ministérios, Bloco, 2º/3º andar, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: - www.turismo.gov.br

RESPOSTAS AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO Nº 01

Processo nº 72031.004154/2020-76

Pregão Eletrônico nº 10/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de Secretariado-Executivo, Secretariado-Executivo Bilíngue e Técnico(a) em Secretariado a serem executados nas dependências do Ministério do Turismo e em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília – DF (Grupo 1) e Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de Assistente Administrativo, Recepcionista, Almoxarife e Contínuo, a serem executados nas dependências do Ministério do Turismo e em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília – DF (Grupo 2), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Trata-se de reposta aos pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2020.

Considerando os esclarecimentos que tratam das condições editalícias dispostas no Termo de Referência, a Pregoeira submeteu o assunto à área técnica demandante para análise e manifestação da área técnica responsável pela realização dos estudos e definição da forma de contratação.

Conforme previsto no § 2º do art. 23 do Decreto nº 10.024, de 2019, as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

São apresentados os seguintes questionamentos seguidos das respectivas respostas:

1. Atualmente, existe alguma empresa executando o serviço no Ministério? Se sim, qual empresa?

Resposta: Atualmente, o Ministério do Turismo tem celebrado com a empresa RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ/MF sob o nº 06.350.074/0001-34, a prestação de *“serviço de secretariado para atender as necessidades das unidades do Ministério do Turismo, de forma continuada, por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos”*.

Para os serviços agrupados no lote 02 do presente edital, esta Pasta Ministerial firmou com a empresa VISÃO ADMINISTRAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.708.458/0001-62 a *“prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, por demanda, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, de recepcionistas, Office Boy/Contínuo e encarregado geral conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos”*.

2. A empresa vencedora do certame poderá ser optante pelo regime de tributação SIMPLES NACIONAL ou acaso uma empresa do simples nacional vença a licitação a mesma deverá solicitar exclusão do regime SIMPLES NACIONAL.

Aguardo esclarecimentos.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, nos termos do art. 18, § 5º-C, inciso VI, c/c § 5º-H, da Lei Complementar nº 123/2006.

Resposta: Em relação à indagação da requerente a respeito do regime de tributação pelo SIMPLES NACIONAL, vejamos preliminarmente a Lei Complementar nº 123, de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte:

(...)

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

(...)

§ 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§ 5º-B a 5º-E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo.

Da leitura do supracitado artigo, infere-se pela Lei Complementar nº 123/2006, no art. 17, inciso XII, que se proibiu a opção de ingresso no Simples Nacional às empresas que realizem cessão ou locação de mão-de-obra, mas abriu exceção (artigo 17, §1º da mesma Lei Complementar) às atividades referidas nos §5º-B e §5º-E do artigo 18.

Por meio do sistema unificado pode ser feito o recolhimento mensal de impostos, conforme o artigo 13 da supracitada Lei Complementar, sendo, portanto, um regime facultativo. Assim, podem optar pelo Simples as micro e pequenas empresas que não estiverem nas limitações previstas na Lei Complementar nº 123/2006.

Desse modo, nos termos do artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006, não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que realize cessão ou locação de mão-de-obra.

Em que pese a proibição da supracitada Lei, as referidas empresas prestadoras de serviços de cessão/locação de mão-de-obra optantes pelo Simples Nacional, não devem ser vedadas de participarem de certames licitatórios em atenção ao princípio da ampla competitividade.

Esse entendimento decorre do fato de que nem a Lei Complementar nº 123/2006, tampouco a Lei de Licitações nº 8.666/93 fazem qualquer proibição nesse sentido.

Desta forma, estas empresas não devem ser desclassificadas da participação em licitações, apenas devendo ser excluídas do regime do Simples Nacional a partir do mês subsequente ao de contratação.

Ante o exposto, esclarece-se que a empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL que venha a ser contratada por meio desta Licitação terá de ser excluída obrigatoriamente desse regime tributário, na forma descrita nos 14.31 e 14.32 do Termo de Referência, pois, no presente certame, tanto o Grupo 1 quanto o Grupo 2, referem-se à prestação de serviços que não foram contemplados com o mencionado afastamento da vedação de opção pelo Simples Nacional (§5º-C do art. 18 da LC nº 123/2006).

Por fim, tem-se que a empresa arcará com as consequências do seu enquadramento irregular, mantendo o valor global ajustado.

3. Solicito esclarecimentos referente ao Pregão Eletrônico 10/2020 do Ministério do Turismo cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de Secretariado-Executivo, Secretariado-Executivo Bilíngue e Técnico(a) em

Secretariado a serem executados nas dependências do Ministério do Turismo e em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília – DF (Grupo 1) e Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de Assistente Administrativo, Recepcionista, Almoxarife e Contínuo, a serem executados nas dependências do Ministério do Turismo e em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília – DF (Grupo 2):

O Edital exige como documento de habilitação no item 9.11.1.9 a seguinte declaração: 9.11.1.9. Declaração emitida pelo órgão responsável pela execução penal no Estado onde os serviços serão prestados quanto a disponibilidade de pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional aptas para a execução dos serviços objeto da licitação. O atestado apresentado para um item não poderá ser utilizado para os demais, exceto o quantitativo excedente. Desta forma perguntamos:

Qual o órgão responsável pela emissão deste documento? A licitante que não apresentar esta declaração será desclassificada?

Resposta: Considerando orientação exarada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, após consulta realizada por este órgão, no Distrito Federal, Unidade da Federação onde os serviços serão prestados, apenas a Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal-SESIPE/DF e a Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do TJDF são aptas a fornecer esta declaração.

Conforme disposto no edital, a declaração está relacionada na documentação a ser encaminhada pelos licitantes para fins de habilitação. Dessa forma, conforme previsão editalícia, no subitem 9.17:

"9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital."

5. O edital também solicita a seguinte declaração:

9.11.1.10. Declaração de que, caso vença o certame, destinará 3% dos postos para o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos do § 5º do art. 40 da lei nº 8.666/1993, regulamentado pelo Decreto nº 9.450/18.

A declaração exigida no item 9.11.1.10 substitui a declaração do item 9.11.1.9? A licitante que não apresentar esta declaração será desclassificada?

Resposta: Não. É preciso destacar que o Decreto 9.450, de 2018, previu no seu art. 5º, § 1º, I, como requisito de habilitação jurídica a declaração por parte da licitante de que, caso vencedora, contratará pessoas presas ou egressas do sistema prisional, e de declaração do órgão de execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas à execução do trabalho externo. Verifica-se que são declarações distintas com finalidades diferentes. Enquanto a primeira é emitida pelo licitante em que este declara que assumirá o disposto previsto na legislação, a segunda é emitida pelo órgão de execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas à execução do trabalho externo. Conforme disposto no edital, a declaração está relacionada na documentação a ser encaminhada pelos licitantes para fins de habilitação. Dessa forma, conforme previsão editalícia, no subitem 9.17:

"9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital."

Marina Bittencourt de Oliveira Angarten

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Marina Bittencourt de Oliveira Angarten, Pregoeiro(a)**, em 07/07/2020, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **0557683** e o código CRC **CAB75B95**.
